

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos treze dias do mês de fevereiro de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, já com existência de quórum, o Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. Athos de Carvalho, iniciou os trabalhos informando que o objetivo específico da reunião, é a avaliação da atuação do Conselho, em sua atual composição. A seguir, justificou a ausência da Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo e dos conselheiros Eucério, Marta e Magaly. Inicia os informes, falando sobre o atraso no pagamento do prêmio do PRÓ-SUS e informa que está em negociações com a equipe econômica da Prefeitura para conseguir os recursos financeiros, porque o Fundo Municipal de Saúde tem uma previsão de déficit, além de dívidas em torno de 3,6 milhões do PRÓ-SUS, 4,0 milhões de fornecedores e 1,3 milhão do HOB, sem recursos suficientes não havendo ainda nenhuma definição. Diz estar empenhado em solucionar a questão, mas como o Fundo Municipal de Saúde não tem o dinheiro, a definição foge à competência da Secretaria. Fala da plenária nacional de defesa do SUS ocorrida em Brasília, da qual participou e convida o conselheiro Paulo César, que esteve presente na ocasião a passar informes sobre a mesma. Paulo César, informa de reunião ocorrida após a manifestação do dia 24/01 no Rio de Janeiro, onde ficou marcada a plenária para 04/02, que contou com a participação de diversas entidades. Diz que nessa reunião foi definida a coordenação nacional do movimento em defesa do financiamento para o SUS da qual o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte faz parte e feito um calendário inicial de lutas, ficando definido que no dia 07 de abril, que é o dia mundial da saúde, será o dia nacional de luta em defesa do SUS e no dia 09 de abril haverá um ato-show em Brasília. Fala da participação do presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, na reunião do Conselho Nacional de Saúde, dia 05/02, quando ele reafirmou que 1997 será o ano da saúde para o governo, mas colocou de forma clara que a universalização deveria ser mais pensada e defendeu que as pessoas que têm condições de fazer algum pagamento devem pagar. Nessa reunião decidiu-se também mudar o nome do movimento para “ SOS-SUS, todos pela saúde e saúde para todos.” Paulo César, propõe que o Conselho participe do movimento, organizando manifestação em Belo Horizonte no dia 07/04/97 e mandando representantes ao evento do dia 09/04/97, em Brasília. Dr. Athos, informa que participou no dia 05/02 de reunião do CONASEMS (Colegiado Nacional de Secretários Municipais de Saúde) e que foram recebidos pelo Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, que reafirmou seu compromisso com o SUS e a descentralização, mas dentro da perspectivas do governo, de promover mudanças. Diz que o Ministro prometeu que o repasse aos municípios será regularizado

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

42 Já em fevereiro e em abril será pago o reajuste de 25% da tabela. O Ministro assegurou
43 também que em breve autorizará a habilitação de municípios em conformidade com a
44 NOB/96. Informa sobre reunião da Comissão de Serviços Públicos da Câmara
45 Municipal, nesta sexta feira (14/02), da qual estará participando, enquanto Secretário. O
46 Conselho foi também convidado. Passa informe sobre o pedido de audiência feito pelo
47 Conselho ao prefeito Célio de Castro. Em seguida é aberta a palavra para informes do
48 plenário. O conselheiro Lauro, informa que esteve em audiência com o Ministro e
49 preocupou-se com algumas informações que obteve. Lauro, afirma que o Ministério da
50 Saúde encontra-se hoje sob intervenção e cita alguns fatos que, no seu entendimento,
51 confirmam essa afirmação. Diz que os valores da semiplena serão alterados e que será
52 encaminhado ao Congresso um projeto de Lei que estabelece a parceria dos sistemas
53 privados de saúde em complemento à gestão pública de saúde, inclusive criando um
54 fundo de alto-custo em que os clientes tanto do setor publico como do privado deverão
55 participar. Fala que o propósito é criar um modelo de gestão semelhante ao que ocorre
56 com os hospitais das pioneiras sociais. Defende que o Conselho Municipal de Saúde se
57 articule, inclusive para atuar junto ao Congresso Nacional. A conselheira Rosalina,
58 passa informe de denúncia feita ao Conselho sem que o denunciante a tenha
59 formalizado, mas que, no seu entendimento, o Conselho deve atuar no sentido de
60 estimular as pessoas a terem coragem de denunciar. A denúncia em questão, é de que
61 consultórios médicos credenciados pelo SUS, localizados à rua dos Apaches, nº 21,
62 bairro Santa Mônica, estariam cobrando R\$ 10,00 por consulta e mais R\$ 5,00 no
63 retorno, de pacientes do SUS. Dr. Athos, propõe que mesmo não havendo a denúncia
64 formal o Conselho faça uma representação ao Distrito Sanitário Venda Nova, ao qual
65 estes consultórios estão vinculados, solicitando que se apure o fato. A conselheira Maria
66 Josefina, fala sobre denúncia de troca de exames no Laboratório São Marcos, feita pelo
67 gerente do Centro de Saúde Santa Rosa. O conselheiro Bonifácio, passa informe sobre
68 notícia veiculada pela rádio CBN, segundo a qual, a associação dos servidores da PBH
69 estaria assinando convênio com a Santa Casa para atendimento aos servidores da
70 prefeitura. Questiona esse convênio que na sua opinião, vai contra os interesses do SUS
71 e pede que o Conselho averigüe a veracidade e alcance do convênio. O conselheiro
72 Geraldo Mossem, convida o Secretário a visitar as unidades de saúde de Venda Nova,
73 especialmente, a de urgência/emergência que, segundo ele, vem prestando péssimos
74 serviços aos usuários da região. Comenta as dificuldades que os usuários enfrentam
75 para participar nos conselhos e sugere que o Conselho encaminhe as atas das reuniões
76 para todas as comissões locais de saúde. Dr. Athos, fala que tem tido dificuldade em
77 fazer visitas pelo acúmulo de trabalho e comenta pesquisa encomendada pela prefeitura
78 sobre a saúde. A senhora Antônia Leite, da Comissão Local de Saúde do bairro
79 Milionários, reivindica médicos para o Centro de Saúde do bairro. Dr. Athos comenta a
80 reivindicação e presta esclarecimentos. O conselheiro Antônio Gomes, fala da situação
81 dos servidores da prefeitura que estão sem assistência médica, embora contribuam para
82 isso. Comenta a realização do Fórum das Américas e propõe que o Conselho faça um
83 movimento paralelo a esse evento. O conselheiro José Osvaldo, cobra da mesa diretora

84 que seja encaminhada à Secretaria solicitação do cumprimento de deliberações do
85 plenário no sentido de homenagear os ex-conselheiros já falecidos, Erotides da Silva e
86 Antônio Carlos dos Santos, dando seus nomes respectivamente, ao auditório da
87 Secretaria e ao Centro de Saúde da Vila Pinho. A seguir, no ponto da pauta referente a
88 avaliação do Conselho, o conselheiro João Athayde, esclarece que o questionário
89 encaminhado a todos os conselheiros teve o objetivo de facilitar a avaliação e será feito
90 um consolidado com todas as respostas. A participante, Edite, da Comissão Local do
91 Centro de Saúde Ermelinda, fala da falta de profissionais de saúde naquela unidade e
92 das dificuldades de marcação de consultas com especialistas. Iniciando a Avaliação, a
93 conselheira Inês, fala que na sua opinião, o grande obstáculo ao desempenho do
94 Conselho está na morosidade no encaminhamento das deliberações da V Conferência,
95 no relacionamento com a Câmara de Vereadores, cujos representantes no Conselho
96 nunca vêm as reuniões e na pouca divulgação do trabalho do Conselho que não é do
97 conhecimento da maior parte da população. Fala que o pouco tempo de que os
98 conselheiros dispõem para discutir as questões em suas comunidades dificulta a que,
99 pelo menos, os participantes da V Conferência tenham acesso as questões sobre as quais
100 o Conselho delibera. Diz que no caso dos representantes de trabalhadores, a dificuldade
101 é ainda maior, porque a maioria não foi ainda sensibilizada para a importância dos
102 conselhos. Defende que o Conselho tenha mais reuniões públicas para maior
103 envolvimento da população. O conselheiro Paulo Fernandes, fala que não tem boa
104 lembrança da administração anterior e se preocupa de que a atual mantenha a mesma
105 situação com a anunciada prioridade para a área de saúde ficando apenas em promessas.
106 Em relação à participação dos conselheiros, questiona o fato de os representantes dos
107 usuários não terem nenhuma compensação o que, no seu entendimento, favorece os
108 representantes de trabalhadores de saúde que recebem como dia trabalhado, quando
109 saem para participar das reuniões . A participante Maria de Lourdes, do conselho
110 distrital Norte, fala que do ponto de vista do controle e discussões mais gerais a atuação
111 do Conselho tem sido brilhante. Entende que avanços poderiam ocorrer a partir de um
112 seminário com participação de todos os conselheiros municipais e representantes dos
113 conselhos distritais. Sobre a integração do Conselho Municipal com os conselhos
114 distritais, entende que deveria existir uma dinâmica contínua de troca de informações
115 em reuniões que tivessem essa finalidade específica. Fala do papel político do Conselho
116 e da participação de conselheiros na luta pelo financiamento da saúde. Defende que
117 sejam debatidas pelo Conselho questões que considera fundamentais e cita o médico de
118 família, o acolhimento, a AIDS, a questão do saneamento básico e gravidez na
119 adolescência. O conselheiro João Athayde, avalia que do ponto de vista burocrático, o
120 conselho atuou a contendo, analisando contas e outras questões que foram
121 encaminhadas, mas há necessidade de aprimorar o método de atuação no sentido de dar
122 respostas às demandas que chegam ao Conselho. Comenta a dificuldade de acesso às
123 informações e comenta a proposta que o governo federal vem defendendo de que as
124 pessoas que puderem devem pagar pela assistência à saúde. Defende que a todas as
125 reclamações encaminhadas ao Conselho, sejam dadas respostas. O conselheiro Geraldo

126 Mossem, fala da eleição da Comissão Local de Saúde do Rio Branco e critica a
127 participação dos conselheiros que não ficam até o final das reuniões e questiona o fato
128 de se estar utilizando auxiliares de enfermagem no acolhimento o que, na sua opinião,
129 ameaça o projeto, já que esse profissional não está habilitado para fazer o acolhimento.
130 Fala também do acesso a informação e diz que algumas intervenções inibem a
131 participação dos usuários. Critica o fato de que questões corporativas prevaleçam no
132 interesse dos representantes dos trabalhadores. Apoiava a proposta feita por Maria de
133 Lourdes a respeito da integração entre o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos
134 Distritais. A conselheira Rosalina, fala que, no seu entendimento, o Conselho não pode
135 ser avaliado sem que se avalie a Secretaria Municipal de Saúde que, segundo diz, vem
136 sendo cobrada sistematicamente sobre a exigência legal de submeter a apreciação do
137 Conselho, o plano municipal de saúde atualizado anualmente. Entende que a
138 intervenção do Conselho na política de saúde do município não pode se dar sem o
139 plano, que não é substituído pelo relatório da Conferência segundo alega a Secretaria,
140 pois a Conferência discute e delibera sobre todas as necessidades da saúde enquanto o
141 plano estabelece prioridades, metas e prazos. Diz que, na sua opinião, o Conselho tem
142 deliberado sobre questões importantes, mas sempre sem participar da elaboração das
143 propostas e muitas vezes após já estarem implementadas pela Secretaria, cabendo ao
144 Conselho apenas referendar. Concorda que os representantes de trabalhadores discutem
145 mais as questões corporativas, mas responsabiliza as entidades que elegem seus
146 representantes mas não lhes dão sustentação no Conselho. Critica a pouca participação
147 dos conselheiros nas Câmaras Técnicas o que, na sua opinião, compromete o
148 desempenho do Conselho. O conselheiro Paulo César, concorda que deveria haver
149 alguma compensação para a participação dos usuários e faz uma análise da conjuntura
150 do país, citando os movimentos dos trabalhadores sem-terra e da saúde como forças
151 capazes de modificar a atual situação e defende que o Conselho tem de se transformar
152 numa trincheira de luta social aprofundando mais o debate político. Diz que dentro do
153 capitalismo não será resolvido o problema da saúde e entende que é possível aglutinar
154 amplas forças da sociedade pegando como eixo a discussão do financiamento. Avalia
155 que para que o Conselho Municipal cumpra esse papel político que considera
156 fundamental, uma reunião mensal é pouco, mas entende que talvez isso possa ser
157 solucionado com uma atuação mais efetiva dos conselhos distritais. Coloca que a
158 Câmara Técnica de Comunicação tem que funcionar mais adequadamente para que o
159 Conselho chegue a toda cidade com sua própria rede de informações, assim como,
160 buscar inserir-se na mídia e no Jornal do ônibus. O conselheiro José Osvaldo, fala sobre
161 a importância das comissões locais estarem funcionando e questiona a pouca
162 participação dos trabalhadores nessas comissões. Diz esperar que agora com o PRÓ-
163 SUS seja possível envolver mais os trabalhadores na discussão da saúde. Aborda
164 também a questão da comunicação entre conselhos e fala que a secretaria executiva do
165 Conselho Municipal tem encaminhado correspondências que não são recebidas e
166 defende que se cumpra a deliberação da V Conferência de realização de plenárias
167 interconselhos. Sobre a Câmara Técnica de Comunicação, fala de dificuldades que estão

168 sendo superadas e comunica que assumiu a coordenação da CTC e agora está sendo
169 aguardada a contratação de Jornalista que irá atuar exclusivamente junto ao Conselho.
170 Informa que vêm sendo implementadas diversas propostas que visam inserir o Conselho
171 na imprensa e divulgação de suas atividades na mídia, utilizando espaços gratuitos como
172 nas participações das conselheiras Carminha Bomtempo e Rosalina no programa de
173 radio “faixa cidadão”, atualmente transmitido pela rádio mineira e patrocinado por
174 diversos sindicatos. O engenheiro Luiz Eduardo, da FUNASA (Fundação Nacional de
175 Saúde), se apresenta como novo representante do SINDSEP (Sindicato dos
176 Trabalhadores no Serviço Publico Federal) em substituição ao conselheiro Carlos
177 Henrique, considerando-se por isso impossibilitado de avaliar o Conselho. O senhor
178 Geraldo Florêncio, conselheiro distrital Oeste, fala da importância de estruturar os
179 conselhos distritais, com secretaria executiva, para que seja facilitado o intercâmbio
180 entre as comissões locais e o Conselho Municipal. A conselheira Maria Josefina, diz
181 concordar que se deva aprofundar o debate político, mas entende, que tem de ser
182 iniciado pela comissões locais que enfrentam dificuldades por falta de acesso à
183 informação. Defende que para que isso ocorra é necessária a contratação do Jornalista,
184 segundo ela, insistentemente solicitado e aguardado há três anos. Fala que a CTC,
185 atendendo deliberação da V Conferência, definiu que em cada regional circulará um
186 encarte dirigido àquela região e também está aguardando os correspondentes das
187 regionais que, também por deliberação da V Conferência, devem participar da Câmara
188 Técnica. A conselheira Leda, fala do bom relacionamento que ela e o conselheiro
189 Antônio Gomes, representantes da regional Nordeste, têm com as comissões locais da
190 região, o que facilita a atuação integrada em consonância com a comunidade. Questiona
191 a manutenção no Conselho de conselheiros que foram eleitos mas nunca comparecem às
192 reuniões e cita o exemplo dos representantes da Câmara de Vereadores. A conselheira
193 Cristina, fala que a questão política é o financiamento e já está colocada, mas entende
194 que, do ponto de vista da organização é necessário resolver a questão dos oito
195 conselheiros eleitos de acordo com a nova lei proposta e ainda não empossados, entre os
196 quais ela está incluída. Sobre a participação dos trabalhadores, fala que os sindicatos
197 não têm contribuído para estimular essa participação, pois não fazem a discussão com as
198 bases. Defende a realização de plenárias de trabalhadores e dos usuários para melhorar a
199 organização. Comenta a participação dos conselheiros na caravana que foi ao Rio de
200 Janeiro e considera que as pessoas que participaram da caravana foram desrespeitadas
201 por sindicalistas que foram ao Rio, citando Marquinhos e Cida que são, segundo ela, do
202 SINDSAÚDE e da CUT, respectivamente. O conselheiro Jader, diz que sua avaliação
203 do Conselho é extremamente positiva, considerando que Belo Horizonte vive uma
204 situação que é única num país onde o povo é excluído de qualquer participação. Critica
205 o governo Fernando Henrique Cardoso que, no entendimento, elegeu este o ano da
206 Saúde, mas isso na perspectiva de acabar com o Sistema Único de Saúde. Faz a defesa
207 de que sejam contratadas assessorias para as Câmaras Técnicas, mas entende que as
208 entidades que têm representação deveriam dar assistência ao Conselho. O conselheiro
209 Antônio Gomes, fala que, na sua opinião, todos os diretores de distritos sanitários

210 devem ser convocados a comparecer a todas as reuniões do Conselho, porque são eles
211 os responsáveis pelos serviços de saúde e têm a obrigação de prestar todos os
212 esclarecimentos à população. Critica a diretora do distrito Nordeste, Cristina, que é
213 suplente do Secretário no Conselho e nunca compareceu, já que os usuários participam
214 sem qualquer compensação. O conselheiro Eduardo, avalia que o Conselho teve
215 debilidade nesse período e cita a discussão que, no seu entendimento, já deveria ter
216 ocorrido, sobre o plano de saúde da Santa Casa. Cita também as deliberações da
217 Conferência que considera não estarem sendo encaminhadas com agilidade e a lei que
218 modifica a composição do Conselho, ao qual tem faltado fineza para cobrar do governo
219 municipal seu encaminhamento à Câmara. Reafirma a importância da discussão política,
220 com o Conselho assumindo a liderança na luta pelo financiamento da saúde. Propõe que
221 sejam chamadas as entidades para que o movimento em defesa do SUS ganhe as ruas e
222 que seja encaminhada mensagem ao executivo estabelecendo um prazo de 30 (trinta)
223 dias para envio do projeto de lei à Câmara de Vereadores, alertando que findo este
224 prazo, o Conselho tornará sua própria iniciativa junto à Câmara. Sobre a participação
225 dos trabalhadores, coloca que ao contrário do que afirmaram alguns, não existem
226 facilidades para que o trabalhador deixe seu local de trabalho para participar. A
227 conselheira Warlene, analisa a participação dos conselheiros nas Câmaras Técnicas e
228 fala da necessidade de se levantar as causas do pouco envolvimento nessa atividade e
229 motivar a participação. Fala do trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Recursos
230 Humanos, que coordena e comenta que sobre o relacionamento entre os Conselhos falta
231 entrosamento também do Conselho Municipal com o Conselho Estadual de Saúde, do
232 qual não é passada nenhuma informação. Entende que os conselheiros municipais têm a
233 obrigação de participar das reuniões dos conselhos distritais da região que representam,
234 mesmo que não sejam membros dos referidos conselhos. Cobra maior agilidade na
235 substituição dos conselheiros que não vêm às reuniões, inclusive dos que comparecem
236 só para assinar o livro de presença mas não permanecem. Passa informes sobre o
237 encaminhamento da questão da eleição de gerentes. A conselheira Rose Mary, fala que
238 o seminário de conselheiros, cuja realização foi deliberada pela V Conferência, foi
239 realizado na escola de enfermagem da UFMG e propiciou discussões muito ricas.
240 Avalia positivamente o Conselho e entende que a sustentação a ele é dada por aqueles
241 que dele participam. Diz preocupar-se com a possibilidade de ser criado um ranço no
242 relacionamento entre usuários, trabalhadores e entidades como aconteceu no Rio de
243 Janeiro. Na sua opinião, o Conselho deve repudiar o comportamento das pessoas, mas
244 analisar o ocorrido sob diversos aspectos, inclusive, se não terá faltado uma discussão
245 preliminar sobre os objetivos da viagem. Defende que o momento é de tentar unificar e
246 não dividir os segmentos representados no Conselho. Fala das dificuldades que enfrenta
247 para repassar as atividades do Conselho porque representa o Hospital das Clínicas,
248 onde não existe comissão local de saúde e a maioria do pessoal ainda não assimilou a
249 idéia do SUS. Acredita, entretanto, ser possível formar esta comissão que seria
250 composta de trabalhadores e dos usuários que estão organizados dentro do hospital em
251 torno dos programas de diabéticos, hipertensos e outros. O 1º secretário, João Athayde,

BELO HORIZONTE**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE**

252 comenta as avaliações feitas e informa que a mesa diretora já encaminhou ao prefeito as
253 deliberações da Conferência e sugere que nas correspondências enviadas aos
254 conselheiros sejam informados os encaminhamentos dados em cumprimento ao que foi
255 deliberado. Sobre a viagem ao Rio de Janeiro, informa que está sendo elaborado um
256 relatório por uma comissão tirada entre os que participaram da caravana, que será
257 repassado a todos os conselheiros. Às 17:40 horas, nada mais havendo a tratar, foi
258 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será
259 assinada pelo presidente do Conselho e pelo 1º secretário.

260

261 Belo Horizonte, 13 de Fevereiro de 1997.

262

263 RFF/vld